



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 4.139, DE 07 DE ABRIL DE 2022.**

**Concede reajuste aos servidores e contratados temporariamente da Câmara Municipal de Castelo/ES.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo:** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica concedido a todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, o reajuste de 7,70% (sete vírgula setenta por cento) sobre os seus vencimentos.

**Art. 2º** O reajuste de que trata esta Lei, concedido no âmbito do Poder Legislativo, aplica-se:

I - aos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados; e

II – à remuneração-base dos contratados temporariamente.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de março de 2022.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 07 de abril de 2022.

**JOÃO PAULO SILVA NALI**

**Prefeito de Castelo – ES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 4.156, DE 09 DE JUNHO DE 2022.**

**Modifica a Lei 2.747, de 11 de março de 2009, que dispõe sobre o pagamento de gratificação aos membros da comissão permanente de Licitação da Câmara Municipal de Castelo, bem como ao pregoeiro e sua equipe de apoio.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO.** Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo primeiro da Lei nº 2.747, de 11 de março de 2009, passa a vigor com a seguinte redação:

*"Art. 1º Fica concedido ao servidor público membro em exercício da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Castelo, bem como ao pregoeiro e sua equipe de apoio, uma gratificação por processo Licitatório formalizado e concluído do qual tenha participado".*

**Art. 2º** Ficam mantidos e inalterados no artigo 1º da Lei 2.747, de 11 de março de 2009, os parágrafos 1º e 2º.

**Art. 3º** acrescenta o §3º no artigo 1º da Lei 2.747, de 11 de março de 2009, com a seguinte redação.

*"§3º Atendida a disposição contidas no caput, as gratificações serão pagas nos seguintes valores:*

*I.RS 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) ao Pregoeiro e Presidente da Comissão de Licitação;*

*II.RS 360,00 (trezentos e sessenta reais) aos membros titulares da Comissão de Licitação, bem como aos suplentes no período que assumirem a função;*

*III.RS 360,00 (trezentos e sessenta reais) aos membros titulares da equipe de apoio do Pregoeiro, bem como aos suplentes no período que assumirem a função."*

**Art.4º** Fica acrescido o seguinte dispositivo ao caput do artigo 1º da Lei nº 2.747, de 11 de março de 2009:

*"§4º O número máximo de servidores passíveis de serem designados para atuar em processos licitatórios, fazendo jus portanto à gratificação instituída por esta Lei, é o seguinte:*

*I – para as comissões de licitações instituídas com fundamento nas Leis nºs 8.666/93 e 14.133/21: 03 (três) membros, incluindo neste número o presidente, além dos respectivos suplentes/substitutos no período que assumirem a função; e*



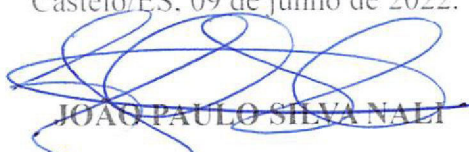
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO

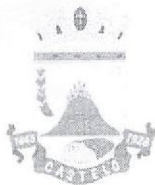
*II – para as licitações na modalidade pregão: o pregoeiro e a equipe de apoio formada por 03 (três) membros, além dos respectivos suplentes/substitutos no período que assumirem a função.”*

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 09 de junho de 2022.

  
**JOÃO PAULO SILVA NALI**  
Prefeito de Castelo – ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 4.157, DE 09 DE JUNHO DE 2022.**

Modifica a Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, que fixa a remuneração dos cargos da Câmara Municipal de Castelo e o valor das respectivas gratificações, alterando a referência e o valor do vencimento do cargo comissionado de Assessor Técnico Contábil e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A referência e o vencimento do cargo comissionado de Assessor Técnico Contábil, integrantes da tabela constante do Anexo II da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, passam a ser, respectivamente, referência CC-3 e vencimento de R\$ 2.251,78 (dois mil duzentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos).

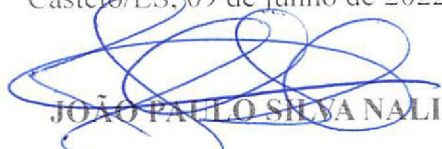
**Art. 2º** A Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

*“Art. 3º-A O adicional por graduação previsto no artigo 59 da Resolução 11, de 19 de maio de 2010, que aprovou o Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, tem os percentuais fixados consolidados conforme o Anexo IV desta Lei.”*

**Art. 3º** Fica acrescido à Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, o Anexo Único desta Lei, que passa a ser o Anexo IV da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castelo/ES, 09 de junho de 2022.

  
**JOÃO PAULO SILVA NALI**  
Prefeito de Castelo – ES





PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO


**ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 4.157, DE 09 DE JUNHO DE 2022.**

**Anexo IV da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010**

I - Adicional por graduação ou titulação na área de atuação previsto no artigo 59 e seguintes da Resolução nº 11, de 19/05/2010, que aprovou o Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo:

ADICIONAL POR GRADUAÇÃO	PERCENTUAL
Por conclusão de curso de graduação em nível superior	10% (dez por cento)
Por conclusão de curso de pós-graduação – nível especialista	15% (quinze por cento)
Por conclusão de curso de titulação de mestrado	20% (vinte por cento)
Por conclusão de curso de titulação de doutorado	25% (vinte e cinco por cento)

Castelo/ES, 09 de junho de 2022.

  
**JOÃO PAULO SILVA NALI**  
Prefeito de Castelo – ES



**LEI N° 4.164 DE 27 DE JUNHO DE 2022.**

Modifica a Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, que fixa a remuneração dos cargos da Câmara Municipal de Castelo e o valor das respectivas gratificações, alterando a referência e o valor do vencimento dos cargos comissionados de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A referência e o vencimento do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais, integrantes da tabela constante do Anexo II da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, passam a ser, respectivamente, referência CC-2 e vencimento de R\$ 2.944,66 (dois mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castelo/ES, 27 de junho de 2022.

  
**JOÃO PAULO SILVA NALI**

Prefeito de Castelo – ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 4.216, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Modifica a Lei nº 3.884, de 25 de abril de 2019, dispondo sobre o pagamento parcelado do décimo terceiro salário aos Vereadores.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** O §1º do artigo 3º da Lei nº 3.884, de 25 de abril de 2019, passa a vigor com a seguinte redação:

*“§1º O 13º (décimo terceiro) salário corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês efetivo exercício, sendo pago da seguinte forma:*

*I – a primeira parcela, no percentual de 10% (dez por cento) do valor devido, no mês de novembro; e*

*II – a segunda parcela, no percentual de 90% (noventa por cento) do valor devido, no mês de dezembro.”*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 09 de novembro de 2022.

**JOAO PAULO SILVANALI**

**Prefeito de Castelo – ES**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 4.229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**CONCEDE ABONO AOS SERVIDORES  
EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE CASTELO BEM COMO AOS  
SERVIDORES CEDIDOS À DISPOSIÇÃO DO  
PODER LEGISLATIVO.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO**, no Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**L E I**

**Art. 1º** Fica concedido, exclusivamente no mês de dezembro de 2022, um abono de R\$1.000,00 (mil reais) aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente pertencentes aos quadros da Câmara Municipal de Castelo que, na data da publicação desta Lei, se achem lotados nos respectivos órgãos do Legislativo Municipal.

**§1º** O abono previsto no *caput* também é devido aos servidores públicos efetivos ou comissionados cedidos pela Prefeitura Municipal de Castelo ou por outros órgãos da administração direta ou indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados ou dos Municípios, desde que no mês de dezembro de 2022 estejam desempenhando regularmente suas funções perante a Câmara Municipal de Castelo e que não tenham recebido do órgão de origem idêntico direito.

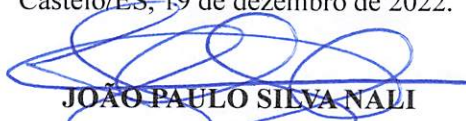
**§2º** O abono também é devido às servidoras em gozo de licença maternidade.

**Art. 2º** Sobre o valor do abono concedido não incidirão gratificações, adicionais nem quaisquer outras vantagens ou benefícios de natureza pecuniária, estando ele sujeito, no entanto, aos impostos e contribuições previstos em lei.

**Art. 3º** O abono de que trata esta Lei não será incorporado aos vencimentos do servidor nem será integrado à sua remuneração ou provento para efeito de cômputo de outras vantagens remuneratórias.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2022, revogando-se às disposições em contrário.

Castelo/ES, 19 de dezembro de 2022.

  
**JOÃO PAULO SILVA NALI**  
Prefeito de Castelo – ES

Prefeitura Municipal de Castelo

Av. Nossa Senhora da Penha, 103 – Centro | CEP: 29360-000 – Castelo/ES | Tel.: +55 28 3542-2124 | 8526





*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 01/2022**

Modifica a Resolução nº 11, de 19/05/2010 – Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Castelo, reduzindo a carga horária do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos e Legislativos.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XX do Regimento Interno: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte**

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Fica reduzida de 40h (quarenta horas) para 30h (trinta horas) a carga horária do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos e Legislativos, Grupo Ocupacional Apoio Técnico e Administrativo/Legislativo, Carreira III, integrante do Anexo I – Quadro Permanente – da Resolução nº 11, de 19 de maio de 2010 - Plano de Carreira e Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** Em razão da modificação disposta no artigo 1º a tabela do Anexo I - Quadro Permanente – da Resolução nº 11, de 19 de maio de 2010, fica alterada no seguinte ponto:

<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>Denominação Do cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Carreira</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Apoio Técnico e Administrativo/ Legislativo</b>	Auxiliar de Serviços Administrativos e Legislativos	02	III	30 horas

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

  
**TIAGO DE SOUZA**

Presidente da Câmara Municipal de Castelo

**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

  
**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário



*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 02/2022**

Dispõe sobre a concessão e o pagamento de auxílio-alimentação no âmbito da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a concessão e o pagamento de auxílio-alimentação no âmbito da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º O auxílio-alimentação é devido:

I - aos servidores públicos ativos, efetivos ou comissionados, ocupantes de cargos do quadro da Câmara Municipal de Castelo;

II - aos empregados públicos, contratados temporariamente e estagiários da Câmara Municipal de Castelo.

§1º O direito ao auxílio-alimentação dos agentes públicos mencionados neste artigo é assegurado mesmo que sejam cedidos a outros órgãos da administração direta ou indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados ou dos Municípios, desde que não recebam auxílio-alimentação do órgão de destino.

§2º O agente público cedido, em todo o caso, não poderá acumular o recebimento do auxílio-alimentação com outro mas poderá fazer a opção por qual auxílio-alimentação receberá, se do órgão cedente ou cessionário, independentemente de qual deles fará o pagamento ou custeará o benefício.

Art. 3º O auxílio-alimentação também é devido aos agentes cedidos à Câmara Municipal de Castelo pela Prefeitura Municipal de Castelo ou por outros órgãos da administração direta ou indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados ou dos Municípios, desde que passem a desempenhar regularmente suas atividades e





*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

funções perante a Câmara Municipal de Castelo e não recebam auxílio-alimentação dos seus órgãos de origem.

§1º Consideram-se agentes cedidos para efeitos deste artigo:

I – os servidores públicos efetivos ou comissionados;

II – os empregados públicos, contratados temporariamente e estagiários.

§2º O fato de o agente cedido ser remunerado pelo órgão de origem não impede que a Câmara Municipal de Castelo conceda-lhe o auxílio-alimentação, salvo se dele já receba idêntico direito.

§3º O agente cedido, em todo o caso, não poderá acumular o recebimento do auxílio-alimentação com outro mas poderá fazer a opção por qual auxílio-alimentação receberá, se do órgão cedente ou cessionário, independentemente de qual deles fará o pagamento ou custeará o benefício.

Art. 4º O auxílio-alimentação é devido mensalmente aos agentes descritos nos artigos 2º e 3º desta Resolução à razão de 22 (vinte e dois) dias por mês.

§1º O valor do auxílio-alimentação é de R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos) por dia.

§2º O auxílio-alimentação será pago, preferencialmente, na mesma data e ocasião do pagamento da remuneração mensal.

Art. 5º A concessão do benefício previsto nesta Resolução não se aplica ao agente que se enquadrar nas seguintes situações:

I - licença sem vencimentos;

II - afastamento em decorrência de inquérito administrativo ou suspenso por medida judicial ou administrativa;

III - reclusão;

IV - afastamentos a qualquer título quando superiores a 30 (trinta) dias, com exceção dos afastamentos decorrentes:

a) por motivo de doença;

b) de licença gestante;

c) de licença paternidade;

d) de licença para campanha eleitoral;

e) de férias;

f) de acidente em serviço;

g) dos casos do §1º do artigo 2º desta Resolução;



*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

V – que receba idêntico direito do órgão de origem ou de destino;

VI – que tenha faltado ao serviço sem justificativa.

Art. 6º Sobre o valor do benefício pago com base nesta Resolução não incidirá qualquer outro direito, vantagem ou adicional, não servindo de base de cálculo para acumulação de quaisquer vantagens.

Art. 7º Verificada a ocorrência de pagamento indevido do auxílio alimentação a importância lhe será descontada no pagamento do mês subsequente, quando possível, ou em outra ocasião, a critério da Câmara.

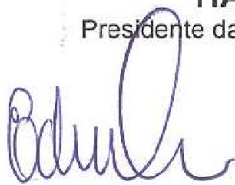
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2022.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nºs 02/2002 e 11/2005 com todas as suas alterações.

Sala das Sessões, 04 de março de 2022.

  
**TIAGO DE SOUZA**

Presidente da Câmara Municipal de Castelo



**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

  
**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário





*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 03/2022**

Modifica a Resolução nº 12, de 19/05/2010 – Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, modificando a referência e vencimento do cargo comissionado de Assessor Técnico Contábil e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14, incisos XX do Regimento Interno: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** O cargo comissionado de Assessor Técnico Contábil, referência CC-4, integrante da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, passa a ser de referência CC-3.

**Parágrafo único:** Com a modificação prevista no *caput*, que altera a referência do cargo comissionado de Assessor Técnico Contábil de CC-4 para CC-3, o vencimento do cargo antes mencionado passa a ser o da nova referência.

**Art. 2º** Em razão do disposto no artigo 1º desta Resolução o Anexo II da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, que contém os cargos em comissão que compõem a estrutura administrativa, fica alterado exclusivamente neste ponto, que passa a vigor na forma abaixo:

ÓRGÃO	CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO (R\$)
Gerência Financeira	Assessor Técnico Contábil	CC-3	1	R\$ 2.251,78

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2022.

**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

**TIAGO DE SOUZA**  
Presidente

**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário



*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 04/2022**

Modifica a Resolução nº 12, de 19/05/2010 – Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, modificando requisito de investidura no cargo comissionado de Gerente de Comunicação e Cerimonial.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14, incisos XX do Regimento Interno: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** O parágrafo único do artigo 46 da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 – Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, passa a vigor com a seguinte redação:

*“Parágrafo único: O preenchimento do cargo previsto no caput deste artigo exige como instrução mínima nível superior completo em qualquer curso.”*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2022.

  
**TIAGO DE SOUZA**  
Presidente

  
**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

  
**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário





*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 05/2022**

Modifica a Resolução nº 12, de 19/05/2010 – Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, modificando a referência e vencimento do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 14, incisos XX do Regimento Interno: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** O cargo comissionado de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais, referência CC-3, integrante da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, passa a ser de referência CC-2.

**Parágrafo único:** Com a modificação prevista no *caput*, que altera a referência do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais de CC-3 para CC-2, o vencimento do cargo antes mencionado passa a ser o da nova referência.

**Art. 2º** Em razão do disposto no artigo 1º desta Resolução o Anexo II da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, que contém os cargos em comissão que compõem a estrutura administrativa, fica alterado exclusivamente neste ponto, que passa a vigor na forma abaixo:

ÓRGÃO	CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO (R\$)
Gerência Administrativa	Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais	CC-2	1	R\$ 2.944,66

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2022.

**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

**TIAGO DE SOUZA**  
Presidente

**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário



*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 06/2022**

Modifica a Resolução nº 16, de 28/07/2010, que regulamenta o pagamento de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, aumentando o valor da diária dos cargos de motorista.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara:** Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Fica incluído ao artigo 5º da Resolução nº 16, de 28 de julho de 2010, o seguinte inciso e sua respectiva alínea:

*"II-A) Grupo II-A:*

*a) servidores ocupantes dos cargos efetivos e comissionados de Motorista (nível V e CC-4);"*

**Art. 2º** Fica revogada a alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Resolução nº 16, de 28 de julho de 2010.

**Art. 3º** A alínea "c" do inciso III do artigo 5º da Resolução nº 16, de 28 de julho de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:

*"c) servidores ocupantes dos cargos comissionados de referências CC-2 e CC-3 da Estrutura Administrativa da Câmara - Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010, com exceção dos cargos comissionados de Motorista (CC-4), enquadrados na alínea 'a' do inciso II-A deste artigo,"*

**Art. 4º** A alínea "a" do inciso IV do artigo 5º da Resolução nº 16, de 28 de julho de 2010, passa a vigor com a seguinte redação:





*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

*“a) servidores ocupantes de cargos efetivos de níveis IV a VI do Plano de Cargos e Vencimentos da Câmara - Resolução nº 11, 19 de maio de 2010, com exceção dos ocupantes dos cargos efetivos de Motorista (nível V), enquadrados na alínea ‘a’ do inciso II-A deste artigo;”*

**Art. 5º** Fica incluído na Tabela de Valores das Diárias, integrante do Anexo Único da Resolução 16, de 28 de julho de 2010, o Grupo II-A, nos seguintes termos e valores:

CLASSIFICAÇÃO	ESTADUAIS		INTERESTADUAIS	
	½ (MEIA) DIÁRIA	1 DIÁRIA (INTEIRA)	½ (MEIA) DIÁRIA	1 DIÁRIA (INTEIRA)
<b>GRUPO II-A</b>	120,00	240,00	160,00	500,00

§1º Os valores na tabela acima são expressos em reais (R\$).

§2º Ficam mantidas inalteradas as disposições referentes aos demais grupos e valores da referida tabela.


**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2022.

  
**TIAGO DE SOUZA**

Presidente da Câmara Municipal de Castelo

  
**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

  
**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário



*Câmara Municipal de Castelo*  
Espírito Santo

**RESOLUÇÃO Nº 22/2022**

Regulamenta o pagamento do décimo terceiro no âmbito da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo.

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara: Faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Fica estabelecido que a gratificação natalina, correspondente ao décimo terceiro salário dos agentes públicos da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, será pago em duas parcelas, proporcionalmente ao período trabalhado, da seguinte forma:

I – a primeira parcela, no percentual de 10% (dez por cento) do valor devido, no mês de novembro; e

II – a segunda parcela, no percentual de 90% (noventa por cento) do valor devido, no mês de dezembro.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 06, de 17 de abril de 1996.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2022.

  
**TIAGO DE SOUZA**

Presidente da Câmara Municipal de Castelo/ES



**EDIMAR CELIN**  
1º Secretário

**RENAN VIÇOSI MAIA**  
2º Secretário